

Texto Audiência Pública
Plano Diretor de Fartura
31/05/11

PLANO DIRETOR DE FARTURA

A CÂMARA MUNICIPAL DE FARTURA aprova:-

TÍTULO I

CONCEITO, PRINCÍPIOS, OBJETIVOS GERAIS E DIRETRIZES

CAPÍTULO I

DO CONCEITO

Art. 1º Esta Lei Complementar institui o Plano Diretor de Fartura em consonância com o que dispõe o artigo 182 da Constituição Federal; a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade) e o Título V, Capítulo II, da Lei Orgânica do Município, como instrumento global e estratégico da política de desenvolvimento local, determinante para todos os agentes públicos e privados que atuam na construção e gestão do município.

Art. 2º O Plano Diretor abrange a totalidade do território e é o instrumento básico da política de desenvolvimento do Município, integrando o processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporarem as diretrizes e as prioridades nele contidas.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 3º O Plano Diretor de Fartura é fundamentado nos princípios da:

- I- função social da cidade;
- II- função social da propriedade;
- III- gestão democrática e participativa do município;

IV- proteção e preservação dos patrimônios histórico-cultural e ambiental-ecológico;

V-garantia do acesso em todas as suas formas, através de sistemas específicos de informação, do acesso físico aos locais públicos e acesso às Políticas Administrativas.

Art. 4º A função social da cidade Município de Fartura, corresponde ao direito à cidade para todos, o que compreende:

I- a promoção da justiça social, a erradicação da pobreza, a inclusão social, a redução das desigualdades sociais e da segregação sócio-espacial;

II- o direito à terra urbanizada, à moradia digna, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura, aos serviços públicos, ao transporte coletivo, ao trabalho, à cultura, ao lazer, à memória e ao meio ambiente preservado.

Art. 5º A propriedade cumpre sua função social quando respeitadas as funções sociais da cidade, e:

I- Atender à coletividade, à segurança, ao bem estar dos cidadãos e ao equilíbrio ambiental;

II- atender às exigências fundamentais deste Plano Diretor e da legislação correlata;

III- assegurar o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas.

Art. 6º A gestão da política territorial será democrática em sua formulação, execução e acompanhamento, incorporando a participação dos diferentes segmentos da sociedade, por meio de suas entidades e associações representativas. **Contemplar Conselhos, como será a participação da população 31/05 – duas posições: deixar mais claro o texto... ou permanecer como está - maturar**

Art. 7º O patrimônio histórico-cultural e as áreas de significado ambiental-ecológico serão protegidos com a adoção de procedimentos de fiscalização, manutenção e qualificação, de modo que os cidadãos possam deles usufruir sem prejuízo para a coletividade.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS GERAIS

Art. 8º São objetivos gerais deste Plano Diretor:

- I- ordenar o uso do solo urbano e rural;
- II- combater a especulação imobiliária;
- III- garantir a justa distribuição dos benefícios e dos ônus decorrentes do processo de urbanização, com a elevação da qualidade de vida, particularmente no que se refere à saúde, à educação, à cultura, às condições habitacionais, à infraestrutura e aos serviços públicos, de forma a promover a inclusão social e a reduzir as desigualdades sócio-espaciais;
- IV- urbanizar adequadamente os vazios urbanos e integrar os territórios da cidade, prioritariamente os localizados em áreas atendidas por infra-estrutura, salvo aqueles situados em locais de riscos ambientais, bem como adequar os núcleos da represa;
- V- produzir habitação de interesse social com qualidade, garantindo o acesso aos serviços e aos equipamentos públicos;
- VI- recuperar os investimentos do Poder Público que tenham resultado na valorização de imóveis urbanos;

- VII- induzir a utilização de imóveis não edificadas, subutilizados e não utilizados; manter em discussão – talvez mudar o verbo... 31/05
- VIII- definir áreas adensáveis e não adensáveis de acordo com a capacidade de suporte de infra-estrutura instalada e da preservação ambiental;
- IX- estabelecer parâmetros de ocupação e parcelamento do solo, bem como critérios para a revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo;
- X- preservar e qualificar o patrimônio histórico-cultural, arquitetônico e ambiental-ecológico;
- XI- implementar áreas de lazer e parques públicos em áreas ociosas;
- XII- preservar os recursos naturais, especialmente os recursos hídricos;
- XIII- promover o saneamento ambiental;
- XIV- criar canais de participação popular na gestão da cidade;
- XV- promover a reabilitação urbana; habilitação 31/05 manter em discussão
- XVI- atender às necessidades de transporte e mobilidade da população promovendo a integração das diversas modalidades disponíveis;
- XVII- melhorar a qualidade do espaço viário, a circulação das pessoas e o transporte de bens e mercadorias; deixar claro – melhorar o espaço viário como um todo – detalhar. 31/05
- XVIII- promover a integração e o complemento entre a atividade urbana e a rural, tendo em vista o desenvolvimento sócio-econômico no município;
- XIX- recuperar a cobertura florestal do município, compreendendo as áreas de preservação permanente e as de reserva legal;

- XX-estimular o desenvolvimento das atividades econômicas do setor rural, proporcionando os diversos meios para este fim;
- XXI- estimular e ordenar a atividade agro-industrial e turística;
- XXII- promover a integração e o desenvolvimento do turismo, colaborando para a criação de um pólo turístico regional.

DOS ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO

Art. ... São objetivos no campo de Esportes, Lazer e Recreação:

- I- alçar o esporte, o lazer e a recreação à condição de direito dos cidadãos e considerá-lo dever do Município;
- II- manter em funcionamento pleno as áreas livres municipais destinadas ao esporte e ao lazer;
- III- oferecer acesso universal e integral às práticas esportivas, promovendo bem-estar e melhoria da qualidade de vida.

Art.... São diretrizes do campo de Esportes, Lazer e Recreação:

- I- a recuperação dos equipamentos de esportes, adequando-os à realização de eventos e espetáculos esportivos; **repensar – palavras do proponente**
Marina: incluir neste inciso ou em outro recuperar equipamentos de Lazer e Recreação - Contemplar ainda o Camping
- II- a garantia do acesso dos portadores de necessidades especiais aos equipamentos esportivos municipais;
- III- a ampliação e a otimização da capacidade dos equipamentos esportivos municipais, propiciando melhor atendimento à população;
- IV- elaboração de diagnósticos, identificando áreas que necessitem de investimentos visando à ampliação da rede de equipamentos da Administração Direta e Indireta;
- V- estimular a implantação de unidades esportivas em regiões mais carentes;

- VI- estimular a implantação de um sistema regionalizado de administração dos equipamentos;??????????
- VII- possibilitar a implantação de programas estruturantes de esporte e lazer voltados ao fortalecimento da noção de cidadania.
- VIII- assegurar o pleno funcionamento de todos os equipamentos da administração direta, garantindo a manutenção de suas instalações

Art. ... São ações estratégicas no campo de Esportes, Lazer e Recreação:

- I- revitalizar os grandes equipamentos esportivos municipais, a saber, o Estádio Belgrave Teixeira de Carvalho, Campo de Futebol Antonio Ribeiro Martins e todas as dependências já existentes no município; manter em DISCUSSÃO
- II- promover jogos e torneios em âmbito municipal e regional;
- III- construir equipamentos ESPORTIVOS de administração direta em regiões carentes de unidades esportivas, com especial atenção aos conjuntos de Habitação de Interesse Social;
- IV- informatizar as unidades esportivas municipais;????????
- V- elaborar e propor legislação de incentivo às atividades de esporte e lazer, incluindo a possibilidade do estabelecimento de parcerias;
- VI- revitalizar e assegurar pleno funcionamento Unidades Destinadas a Prática Esportiva (Zona Rural);??????
- VII- promover a integração com Clubes Esportivos Sociais objetivando o fomento do esporte;
- VIII- apoiar a administração comunitária dos Clubes e Associações Desportivos formalizados, oferecendo apoio de corpo técnico competente que permita auxiliar na fase de construção e manutenção de equipamentos;
- IX- implantar o programa de ruas de lazer, promovendo atividades de esportes, lazer e cultura;.....proposta de excluir ou modificar colocando a possibilidade de criação de praças para área de lazer(playground, etc...) em áreas institucionais.

- X- revitalizar e apoiar o pleno funcionamento dos Centros Desportivos Municipais – CDMs e garantir sua administração pela comunidade;.....discutir com as plenárias
- XI- transformar em áreas com destinação para esportes e lazer, os terrenos públicos que mantém este uso há no mínimo 5 (cinco) anos; ver redação
- XII- tornar o departamento de esportes do Município, independente, como por exemplo, uma Autarquia de Esportes.....DISCUTIR COM A PLENÁRIA

DA POLÍTICA DE SEGURANÇA

Art. A Política Municipal de Segurança tem como diretrizes:

- I- estimular a criação mecanismos que assegurem a integridade física e patrimonial dos cidadãos de forma integrada com a União, o Estado e a sociedade civil;
- II- estabelecer mecanismos de integração da segurança com outros setores da esfera municipal afetos; (Defesa Civil, Vigilância Sanitária etc...);
- III- dotar o Poder Executivo Municipal de recursos para implementação de um serviço para a realização das atividades de vigilância dos próprios municipais e voltados também à segurança escolar; (predio) (ver o verbo – melhorar redação)
- IV- estimular o envolvimento da comunidade nas questões relativas à segurança urbana;
- V- estimular a manutenção e participação ativa da comunidade no CONSEG (Conselho Comunitário de Segurança);
- VI- estimular o desenvolvimento de projetos sociais, priorizando as crianças e adolescentes com o intuito de evitar seu ingresso na criminalidade;
- VII- estimular, manter e garantir o efetivo funcionamento da Defesa Civil;

- VIII- estimular a promoção de convênios com o governo estadual para a aquisição e utilização de câmeras de vigilância eletrônica para o monitoramento de áreas de interesse coletivo;
- IX- estimular a elaboração de programas para controle e redução de acidentes de trânsito na zona urbana e rural;
- X- estimular a elaboração de programas em conjunto com as demais políticas para prevenção e tratamento relacionado ao uso abusivo das drogas e álcool;
- XI- estudar a implantação de Lei Municipal sobre horário de Silêncio em área urbana; (ver já existe lei) - necessidade de fiscalizar
possibilidade de implantar programa semelhante ao PROERD – para 8. série... ou outras séries – envolvendo a PM – 31/05/11
- XII- vedar em todo o Município a instalação de quaisquer unidades do sistema prisional/carcerário;
- XIII- vedar em todo o Município a instalação de unidades que apliquem medidas sócio educativas em regime de internação; (FUNDAÇÃO CASA)
- XIV- implantar-se no município a "**Atividade Delegada**", nos moldes da capital SP e de mais 14 subprefeituras que adotaram a modalidade de policiamento;

Justificativa: Neste convênio entre a SSP e o município, a Prefeitura local delega ao Estado, por meio da Polícia Militar, as atividades que são próprias do município, como fiscalização de ambulantes, fiscalização de Leis Municipais, policiamento em eventos públicos e outras atividades que o município desejar. O servidor da PMESP será um voluntário em horário de folga e será extra-remunerado para tal, de acordo com as condições e valores firmados em convênio (na capital a hora extra está em R\$ 12,33 para Praças (Policiais) da PMESP.

Apesar de beneficiar direta e economicamente ao PM voluntário, ganhará mais a segurança pública, pois nos municípios onde foi implantada a modalidade notou-se a redução de índices criminais, sendo certo que a presença do policial fardado é fator relevante para a inibição à prática de delitos. Proposta recebida em 24/05/11 – Rosolen

- XV- exigir dos organizadores de qualquer evento público o cumprimento da legislação vigente. das Resolução SSP/SP nº 122/85 e Portaria da Polícia Militar nº PM3-001/02/96.

Justificativas: Estas legislações estabelecem critérios para vistorias e fornecimento de policiamento em locais de eventos públicos. Esclarecendo que em nosso município todos os eventos estão ajustados com a legislação, porém a PMESP tem que cobrar , quase sempre, os organizadores sobre as providências a serem adotadas. Proposta recebida em 24/05/11 – Rosolen

Audiência encerrada às 22h10m paramos aqui.

CAPÍTULO...
DA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO
Objetivos- Faltando...frase sintética

Art.... São diretrizes da Política da Educação:

- I- Implementar na cidade uma política educacional unitária, construída democraticamente;
- II- Articular a política educacional ao conjunto de políticas públicas, compreendendo o indivíduo enquanto ser integral, com vistas à inclusão social e cultural com equidade;
- III- Garantir a qualidade de ensino e a quantidade de vagas nas escolas públicas, bem como o acesso e a permanência do aluno na rede municipal escolar, inclusive àqueles que não o tiveram em idade apropriada;
- IV- Estimular e fortalecer a participação dos pais, professores e sociedade civil nos Conselhos de Escolas, Associações de Pais e Mestres e no Conselho Municipal de Educação de forma permanente e contínua;

- V-** Incentivar a auto-organização dos estudantes por meio da participação na gestão escolar, em associações coletivas, grêmios e outras formas de organização;
- VI-** Aperfeiçoar e atualizar os profissionais da educação através de cursos, seminários, palestras e outros;
- VII-** Celebrar convênios com entidades filantrópicas para o atendimento de crianças de 0 a 5 anos de idade e para o AEE – Atendimento Educacional Especializado;
- VIII-** Priorizar a construção de novas escolas, creches e emeis nos locais em que for comprovada demanda significativa da população alvo;
- IX-** Incluir os portadores de necessidades especiais no sistema regular de ensino oferecendo atendimento adequado;
- X-** Promover reformas nas escolas regulares, dotando-as com recursos físicos, materiais pedagógicos e humanos para o ensino aos portadores de necessidades educacionais especiais;
- XI-** Reconhecer o professor como sendo o agente principal do processo educativo, valorizando-o através da melhoria das condições de trabalho, de salário, de estudo e aperfeiçoamento;
- XII-** Garantir a utilização da escola como um espaço aberto de: saúde, promoção social, cultura, esporte, lazer e recreação, onde possam ser desenvolvidos projetos específicos elaborados intersetorialmente e de forma multidisciplinar, que atendam às necessidades e os interesses da região onde se localiza em articulação com outras coordenadorias municipais;
- XIII-** Promover a articulação das escolas com outros equipamentos sociais e culturais do município e com organizações da sociedade civil, de modo a proporcionar através de projetos em contra-turno, atenção integral as faixas etárias atendidas;
- XIV-** Realizar censos escolares, em convênio com órgãos afins, a fim de detectar as reais demandas educacionais existentes;
- XV-** Acompanhar projetos de Renda Mínima – transferência de renda a famílias de baixa renda à permanência dos

dependentes na escola – articulados com as demais coordenadorias;

- XVI-** Acompanhar o programa de transporte escolar;
- XVII-** Reformular o Plano Municipal de Educação em consonância com as esferas estadual e federal e, em conjunto com representações da sociedade civil e outras do governo;
- XVIII-** Acompanhar a elaboração anual do Plano Diretor Escolar e/ou Projeto Político Pedagógico em todas as unidades de ensino, com a participação de todos os segmentos da instituição e a aprovação do respectivo Conselho de Escola;
- XIX-** Incorporar o uso de novas tecnologias de informação e comunicação ao processo educativo;
- XX-** Promover ampla mobilização para a superação do analfabetismo, reconstruindo experiências positivas já realizadas e reivindicando a colaboração de outras instâncias de governo;
- XXI-** Promover a flexibilização dos cursos profissionalizantes, permitindo sua adequação a novas demandas do mercado de trabalho e sua articulação com outros projetos voltados à inclusão social;
- XXII-** Apoiar e estimular a implantação de cursos de nível superior, voltados à atividade econômica da região.

DA POLITICA DA SAÚDE

Art. ... São diretrizes da Política Municipal da Saúde:

- I- priorizar a saúde do município como necessidade básica;
- II- promover a descentralização da coordenadoria da saúde, para o melhor desenvolvimento e gestão do trabalho;
- III- promover a valorização dos profissionais que possuam curso de especialização na área que atua;

- IV- promover a capacitação dos profissionais com funções de gestão ou gerencia na área da saúde;
- V- estimular a gestão participativa e o trabalho em equipe, com capacitação permanente de todos os profissionais da saúde, para melhor adaptação das mudanças tecnológicas e institucionais que venham ocorrer;
- VI- estimular a construção de uma farmácia centralizada municipal;ver redação
- VII- objetivar a implantação de uma ouvidoria em saúde;
- VIII- campanhas de observância de horários de trabalho por parte da classe médica e odontológica;
- IX- os não conformes e as penalidades- improbidade; devolução de salários indevidamente pagos ;
- X- concretizar a real participação do conselho de saúde municipal com fundamento nas normas do sus;
- XI- priorizar criar a implantação de estratégias de saúde da família;
- XII- justa distribuição do orçamento da saúde-50% para pgto de uma única classe
- XIII- priorizar a humanização do serviço de atendimento a saúde, com qualificação e capacitação apropriada para a de todos os funcionários;
- XIV- promover atendimento integral, universal e de equidade;
- XV- priorizar programas de atenção à saúde do adolescente;
- XVI- valorização dos funcionários do estado, que prestam serviço ao município e equiparação salarial com os funcionários municipais;
- XVII- incentivar, junto à rede de ensino municipal, a realização de ações educativas sobre o funcionamento do sus e os projetos desenvolvidos na área da saúde no município;melhorar red.
- XVIII- igualdade salarial entre os profissionais de nível superior que realizam atendimento integral aos usuários, uma vez que no modelo em construção todos os profissionais têm

o mesmo nível de responsabilidade no atendimento ao cliente;

- XIX- ampliar quadro de funcionários ligados á saúde mental, um exemplo, terapeuta ocupacional; explicação proposta
- XX- ampliar vagas de atendimento na área de psiquiatria em relação à demanda espontânea; explicação proposta
- XXI- investir em programas de profissionalização dos usuários da saúde mental; explicação proposta
- XXII- criar serviço de atendimento de emergência psiquiatria;
- XXIII- reafirmar leitos de desintoxicação e leitos psiquiátricos na santa casa municipal de fartura;
- XXIV- garantir acesso transporte para os pacientes dos serviços da saúde mental;
- XXV- garantir vagas aos filhos de usuários de saúde mental nas creches municipais;
- XXVI- fortalecer as parcerias com educação, cultura e assistência social; ver
- XXVII- estruturar a oficina terapêutica para os usuários de saúde mental;
- XXVIII- diminuir o tempo de espera e aumentar a sensibilidade em relação às prioridades no atendimento, pois, muitas vezes casos em crise ficam sem o tratamento adequado;
- XXIX- estimular a implantação de uma lei municipal para regulamentação de carga horária dos funcionários da rede municipal de saúde para 30 (trinta) horas semanais;

Art. ... São diretrizes do ESF:

- I- Autorizar, liberar e assegurar/ garantir a participação dos profissionais dos ESF em eventos técnicos científicos, resultando em melhora na qualidade de atendimento da população;

- II- Valorização do trabalho dos agentes comunitários de saúde através de salário digno etc.... e repasse salarial integral vindo do governo federal;
- III- Construção e ampliação das ESF nos bairros; repetido
- IV- Aquisição de equipamentos e insumos básicos para ESF;
- V- Ampliação nas vagas de ortopedia devido a grande demanda da população;
- VI- proporcionar Ajuda financeira para desenvolver projetos dos grupos voltados à saúde da população da ESF; prevenção de danos
- VII- Trabalhar em parceria com os demais setores da área da saúde - ESF CENTRO DE SAÚDE E SANTA CASA todas as equipes voltadas a à saúde; DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADES A PARTIR DO NOVO MODELO
- VIII- Suporte para trabalhar com drogadita e etilista;
- IX- Atuação da Vigilância Sanitária, ação regulatória: vigilância de produtos, de serviços e de ambientes.

Visa- Zoonoses- Bucal - Epidemiológica

- visita de vendedores de remédio no Posto de Saúde – receitas de medicamentos da “moda”

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Art... A política de desenvolvimento econômico do município tem por objetivo proporcionar qualidade de vida para a população, de forma sustentável e em equilíbrio, tanto na área urbana quanto na área rural.

Art... A política de Desenvolvimento Econômico é composta das políticas setoriais de Agricultura, Comércio, Indústria e Serviços e Turismo.

Art... São diretrizes gerais da Política de Desenvolvimento Econômico:

- I- incentivar a atração de investimentos públicos ou privados, nacionais e estrangeiros, compatibilizando o crescimento

econômico, a geração de empregos e o equilíbrio ambiental;
(Geral)

- II- dinamizar a economia, integrando-se as atividades industrial, comercial, agrícola, cultural e turística; **discutir com outras políticas**
- III- investir na qualificação de mão-de-obra;
- IV- reduzir as disparidades sociais e econômicas, promovendo a inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho e melhor distribuição de renda.
- V- **Promover a inclusão digital, através da internet gratuita.**

São diretrizes da Política Setorial de Comércio, Indústria e Serviços:

- I- intensificar a fiscalização e normatização, em todos os estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços e vendedores ambulantes, em todos os dias da semana, inclusive domingos e feriados;
- II- intensificar a fiscalização da vigilância sanitária sobre os estabelecimentos e vendedores ambulantes, fazendo-se cumprir a legislação;
- III- captar recursos públicos e ou privados visando a elaboração de Plano Setorial de Comércio, Indústria e Serviços;
- IV- intensificar a normatização e fiscalização de eventos em geral;
- V- estimular a elaboração de convênios e parcerias do Município com o Poder Público e com a iniciativa privada viabilizando a capacitação profissional;
- VI- promover a capacitação do empresário urbano;
- VII- estimular a Coleta Seletiva; **(meio ambiente)**
- VIII- definir políticas de estacionamento de modo a favorecer o comércio, a atratividade do sistema de transporte público, garantindo parâmetros paisagísticos e ambientais para as áreas de estacionamento; **(Sistema de Transporte)**
- IX- reduzir as disparidades sociais e econômicas, promovendo a inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho e melhor distribuição de renda.

- X- estimular turismo municipal Turismo ver ???
- XI- estimular a criação de um pólo de confecções;
- XII- estimular a criação de associações de amigos de bairro (ver locação do texto) (Rodnei)
- XIII- distrito industrial??? – o que fazer
- XIV- camping municipal??? – turismo